I

O **Banco A** propôs no Juízo Central Cível de Lisboa, em 22.2.2024, contra **Bento** e **Carla** (sua mulher), ação de condenação na restituição do capital mutuado de 125 000 euros, cumulada com pedido de pagamento dos juros vencidos e vincendos à taxa contratada.

Veio o Tribunal, ao abrigo do artigo 593º CPC, a proferir, em 14.4.2024, *despacho saneador* de improcedência da alegação da exceção perentória de nulidade do mútuo, deduzida pelos **Réus**, *despacho de fixação do objeto do litígio e dos temas da prova e despacho de agendamento* da audiência final para 22.9.2024.

Por *sentença* de 4.12.2024 foram os **Réus** condenados na totalidade dos pedidos. Desta *sentença*, em 14.12.2024, **Carla** interpôs recurso de apelação em que pedia a sua revogação e a substituição por *sentença* de absolvição dos pedidos.

Veio a Relação de Lisboa, em 5.5.2025, julgar integralmente improcedente o recurso, confirmando a condenação.

RESPONDA às perguntas seguintes:

1. Aprecie a recorribilidade, legitimidade, espécie de recurso de apelação (imediato ou deferido), modo de subida e efeito da interposição de um recurso que fosse interposto, em tempo, do (i) despacho saneador e do (ii) despacho de agendamento da audiência final. [5 v.]

DESPACHO SANEADOR

- *recorribilidade: recorrível, ex vi artigos 627º nº 1 e 594º nº 4 CPC a contrario; art 629 nº 1 (valor e sucumbência)*
- *legitimidade: Réus são a parte principal vencida (art. 631º nº 1)*
- *apelação imediata (art. 644º nº 1 al. b) CPC)*
- *subida em separado (art. 645 nº 2 CPC)*
- *efeito meramente devolutivo (não cabe no art 647 nº 3 CPC)*

DESPACHO DE AGENDAMENTO DA AUDIÊNCIA FINAL

- *recorribilidade: irrecorrível ex vi artigo 630º nº 1 primeira parte CPC*
- *legitimidade: Autor ou Réus, a avaliar casuisticamente para se determinar quem sofrera prejuízo com o agendamento (art. 631º nº 1)*
- *apelação diferida (art. 644º nº 3 CPC)*
- *subida em separado (art. 645 nº 2 CPC)*
- *efeito meramente devolutivo (não cabe no art 647 nº 3 CPC)*

2. Aprecie a recorribilidade, legitimidade, espécie de recurso de apelação (imediato ou deferido), modo de subida e efeito da interposição da apelação de **Carla** de 14.12.2024 [4 v.]

- *recorribilidade: decisão recorrível, ex vi artigo 627º nº 1 CPC; art 629 nº 1 (valor e sucumbência)*
- *legitimidade: parte principal vencida (art. 631º nº 1)*
- *apelação imediata (art. 644º nº 1 al. a) CPC)*
- *subida nos próprios autos (art. 645 nº 1 al. a) CPC)*
- *efeito meramente devolutivo (não cabe no art 647 nº 3 CPC, sem prejuízo do nº 4)*

3. Pode **Bento** aderir ao dito recurso de apelação de **Carla**? [4 v.]

- *resposta aberta: se se entender que há um litisconsórcio necessário entre estes cônjuges, a adesão é desnecessária e inadmissível, por força do artigo 634º nº1 CPC; se se entender que há litisconsórcio voluntário, a adesão apenas é necessária e admissível na situação do artigo 634º nº 2 al. a) CPC*

4. **Bento** pretende interpor recurso de revista do acórdão da Relação de Lisboa. Aprecie a recorribilidade e legitimidade respetivas. [4 v.]

- *recorribilidade:*

a) se se entender que há litisconsórcio necessário o efeito do recurso de apelação estende-se a Bento, por força do art 634º nº 1; por isso ser-lhe-ia oposta dupla conforme (estão verificados todos os requisitos), do art. 671º nº 3 CPC; não se aplica a ressalva do início do mesmo nº 3, ao remeter para o art. 629º nº 3 al. a CPC, pelo que só a revista excepcional pode ser admitida (cf. artigo 672º CPC)

b) se se entender que há litisconsórcio voluntário que não se subsuma às alíneas do nº 2 do artigo 634º o efeito da apelação não se estende a Bento, pelo que não lhe seria oposta a dupla conforme

- *legitimidade: parte principal vencida (art. 631º nº 1)*

II

COMENTE este sumário:

«I. A chamada *dupla conforme* verifica-se quando seja confirmada a decisão da 1ª instância sem voto de vencido e sem uma fundamentação *essencialmente diferente*.

II. Uma fundamentação *essencialmente diferente* existe quando se confirme a decisão da 1ª instância a partir de um quadro normativo substancialmente diverso.

III. O aditamento de um fundamento jurídico que não tenha sido considerado ou o reforço da decisão recorrida através do recurso a outros argumentos, sem pôr em causa a fundamentação usada pelo tribunal de 1.ª instância, não descaracterizam a dupla conforme.

IV. Também não constitui obstáculo à dupla conforme a alteração da matéria de facto, quando ela não conduza, realizada a subsunção, a um quadro normativo radicalmente diferenciado daquele em que assentara a sentença proferida em 1.ª instância».

STJ 7-7-2022/Proc. 2672/12.4TBPDLL1 -A.S1 (TIBÉRIO NUNES DA SILVA)

- *noção, natureza e função da dupla conforme*

- *requisitos da dupla conforme*

- *a conformidade de fundamentos: a questão das modificações não essencialmente diferentes; exclusão dos fundamentos de facto, salvo relevância indireta;*

- *ausência de fundamentação essencialmente diferente quando há aditamento de um fundamento de direito*

Rui Pinto